

AS REPRESENTAÇÕES DO NEGRO E DO ÍNDIO NOS LIVROS DIDÁTICOS BRASILEIROS (1970-2000)

RAINIEL LOPES BARBOZA¹



Resumo

Os grupos indígenas e negros, no Brasil, além de terem sofrido na pele séculos de opressão, também enfrentaram, séculos mais tarde, desafios em torno das formas como foram representados nos livros didáticos. No presente trabalho buscou-se analisar e refletir sobre as representações do índio e do negro nos livros didáticos de História do Brasil publicados entre as décadas de 1970 e 2000, período em que, mediante avanços de debates e ações afirmativas, verificam-se profundas mudanças, que vão do esquecimento à visibilidade.

Palavras-chave: Representação. Livro didático. Ensino de História.

Abstract

The indigenous and black groups in Brazil, in addition to having suffered centuries of oppression on their skin, also faced, centuries later, challenges around the ways in which they were represented in textbooks. In the present work, we sought to analyze and reflect on the representations of the Indian and the black in the textbooks of History of Brazil published between the 1970s and 2000s, a period in which, through advances in debates and affirmative actions, profound changes are verified, ranging from oblivion to visibility.

Keywords: Representation. Textbook. History teaching.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo propor uma reflexão crítica sobre a representação do negro e do índio nos livros didáticos brasileiros dos anos 70 até o ano 2000 do século passado no Brasil. Com o avanço dos direitos no país, ativistas e professores construíram juntos novas maneiras de repensar tanto a representação do negro e do índio em livros didáticos. Consequentemente, há maior preocupação com a apresentação da diversidade étnico-racial para as novas gerações. As formas de representação podem revelar detalhes ricos da cultura de uma etnia como também passar conceitos de respeito à diversidade. Assim a falta ou a representação deturpada de algumas culturas conduzem a um conceito e uma aceitação passiva de valores eurocêntricos em detrimento das etnias negras e indígenas.

A importância desta investigação consiste em pensar os motivos que fizeram as culturas negras e indígenas terem pouca ou nenhuma representação nos livros didáticos o

¹ Sem informação no lattes. E-mail: rainiellopes@yahoo.com.br.



objetivo geral é refletir as mudanças na representação do negro e do índio nos livros didáticos brasileiros durante o período de 1970 até 2000. E temos como objetivo específico entender como a luta pela representação dos índios e do negro nos livros didáticos transformou-se em um discurso de resistência à formação da nação com a contribuição de três etnias.

A natureza do trabalho será exploratória e qualitativa. Exploratória porque fará um levantamento bibliográfico sobre livros, artigos, obras acerca das mudanças representacionais de indígenas e negros nos livros didáticos ao longo do tempo. Para tanto, serão utilizadas tais plataformas/bibliotecas/acervos. Nessas plataformas, as seguintes palavras-chave: “Representação”; “livro didático”; “ensino de História”, nortearão os mecanismos de busca. A dimensão qualitativa permitirá a análise dos livros com atenção nas palavras, conceitos e narrativas – uma análise de conteúdo -, mas também debruçando-se sobre imagens e recursos audiovisuais.

O desenvolvimento desta investigação está dividida nas seguintes seções: no item 2.1 será abordada a representação do negro e do índio de 1970-1980; no item 2.2 a representação do negro e do índio de 1980-1990 e no 2.3 a representação do negro e do índio de 1990-2000. Por fim apresentaremos nossas considerações finais.

Esta seção buscou constituir um aparato teórico que pudesse respaldar e fundamentar o presente estudo, na intenção de compreender melhor o livro didático, sua trajetória de produção e o ensino de história por intermédio desse instrumento. A história da produção e da pesquisa sobre o livro didático é apresentada como fundamento do estado da arte e da análise posterior.

Ensino de História e o livro Didático

Esta seção buscou constituir um aparato teórico que pudesse respaldar e fundamentar o presente estudo, na intenção de compreender melhor o livro didático, sua trajetória de produção e o ensino de história por intermédio desse instrumento. A História da produção e da pesquisa sobre o livro didático é apresentado como fundamento do estado da arte e da análise posterior.

A princípio, no texto intitulado *Traiter le manuel scolaire comme source documentaire: une approche historique*, Alain Choppin preocupa-se em mostrar complexidade inerente às pesquisas envolvendo livros didáticos, quando estes são entendidos como documentos históricos. Em seu pensamento, a complexidade reside no



fato de o livro didático assumir funções multifacetadas das quais, nós, enquanto pesquisadores, selecionamos aquelas que se aproximam aos nossos objetivos.

Em pesquisas históricas, principalmente aquelas voltadas à história cultural, há esta complexidade como um elemento central, é o que explica Silva (2011). No sentido de responder questões a respeito da utilidade prescrita do livro didático, sua materialidade, utilização prática e até mesmo sua relação com as políticas educacionais, há a necessidade de expandir as análises recorrendo a outros tipos de documentos, como determina o autor.

Na linha de raciocínio do autor supramencionado, outros como Emmel (2011) e Soares (2011) afirmam que o livro didático não possui uma história própria no Brasil. Os autores orientam a consulta no endereço eletrônico do Ministério da Educação (MEC) que comprovam a existência apenas de leis e decretos desde 1930 sobre a existência do livro didático no Brasil. Em fato, apesar da longevidade existente acerca dos livros didáticos no país, os estudos sobre livros didáticos se iniciaram na Europa, na primeira metade do século XX, porém os interesses dos historiadores por este material se deu a partir do momento em que compreenderam a relação entre os livros didáticos de história a formação dos estados modernos e a constituição das identidades nacionais (SOARES, 2011).

No Brasil, embora as inúmeras portarias, decretos e leis existentes a respeito dos livros didáticos desde 1930, este ano, pode ser considerado um marco, pois o livro didático é elaborado também pela busca do embasamento científico. Elucidando esta realidade, Silva (2000 *apud* Emmel, 2011 p. 22) diz que o livro didático apresenta teor ideológico, conseqüentemente reproduz o discurso oficial, com o aval de editoras que:

[...] com essa prática, desde as primeiras publicações, aliavam interesse comercial ao poder político. Com isso, conquistavam os espaços abertos pela burocracia e pela incompetência do poder político (SILVA, 2000, p. 25).

Esta questão política prevaleceu até 1945, quando uma nova ordem política impôs uma nova relação entre governo e governados, redimensionando as funções hierárquicas da Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD). Em 1966, o MEC acordou com a Agência Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID) a criação da Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), com a finalidade de coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático (SILVA, 2000).

As pesquisas sobre livros didáticos no Brasil surgiram no fim dos anos de 1970 e início dos anos 1980, sofrendo forte influência norte-americana, pois era uma era



tecnicista com conceitos de input, output, feedback, administração por objetivos, ensino por competências etc., obrigando revisar o modelo do livro didático no ensino brasileiro. Contudo, em decorrência dos marcos históricos decorridos, os livros didáticos precisavam acompanhar novos tempos da vida nacional, adequando-se à nova estrutura pedagógica e administrativa do currículo (SILVA, 2000). Neste bojo, foi criado pelo Governo Federal, na intenção de reestruturar a educação brasileira e basilar para a política, o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), financiado pelo Banco Mundial, que atendeu de forma gradativa alunos com necessidades especiais, deficiência audiovisual, alunos de 1ª a 8ª séries sendo distribuídos para todos os componentes curriculares, incluindo história.

Entende-se que estudar ou analisar a história é procurar estabelecer um diálogo entre o presente e o passado (CHESNEAUX, 1977), tendo como referência a história vivenciada, acompanhada pelo conteúdo historiográfico e também pelas memórias deixadas pelos homens. No que concerne a representação dos negros e índios nos livros didáticos, é mister mencionar Chauí (2013) que afirma a permanência do discurso de mito fundador do Brasil, associada, segundo a autora, como uma ideologia de setores dominantes, do que a história propriamente dita. Ou seja, os interesses ideológicos são baseados em questões narrativas as quais justificam as ações repercutidas sobre a imagem das identidades étnicas.

Nas obras didáticas, assim como em estudos acadêmicos, o negro e o índio por muito tempo foram alvo prioritário de antropólogos e etnógrafos, pois eram povos sem história, isto é, povos que por não possuírem escrita não criaram registros históricos e, portanto, não interessavam aos estudiosos da área (LAMAS, 2016). Desde o século XIX, esse vaticínio promulgado por Vanhargen afastou os historiadores da pesquisa sobre os povos étnicos. Desde então, quando aparecem em livros didáticos, os negros e índios executam um papel subsidiários, que de acordo com Almeida (2009, p. 27) “agem sempre em função dos interesses alheios”. Neste prisma, havia apenas a ideia de um contato entre culturas distintas, sendo uma superior (a europeia) e a outra inferior (negros e índios).

Os preconceitos que impediam os pesquisadores de aprofundarem-se na temática etnográfica ajudavam os professores a reforçarem os estereótipos sobre a pouca contribuição no progresso do país, induzindo pensamentos de que negros e índios eram preguiçosos e inaptos a qualquer tipo de trabalho. Não obstante, havia silenciamento por parte dos professores às minorias étnico-raciais, porém, as transformações desta realidade estão intrinsecamente relacionadas às questões sociopolíticas e econômicas do país nos últimos 30 anos.



Os professores ainda reproduzem em sala de aula uma visão de mundo que parte do lugar masculino, branco e burguês. Eles enfrentam muitas dificuldades de incorporar em suas práticas pedagógicas e teorias de ensino os novos paradigmas sociais e culturais que visam trazer para o centro dos debates as experiências de múltiplos sujeitos. Nesse sentido, o ensino ministrado pelos professores precisa acompanhar o desenvolvimento da historiografia, cada vez mais preocupada com questões de classe, de raça e de gênero. Assim, os professores terão maior sucesso na discussão sobre a perpetuação de estruturas desiguais e preconceituosas. Um ensino de história preocupado com a diversidade e com os desafios enfrentados por alunos que vivem à margem do status quo pode aproximar os mundos de alunos, professores e pesquisadores. Os livros didáticos, dessa maneira, são instrumentos importantes, entretanto, os professores ainda encontram:

[...] nos livros didáticos textos, expressões e até mesmo ilustrações e figuras que reproduzem e reforçam a visão de uma sociedade elitista e excludente, que tenta mascarar as contradições sociais e os conflitos de classe e desprezar o papel das minorias sociais, tais como índios, negros e mulheres no processo histórico. (ORIÁ, 1995, p. 155).

Pela percepção do autor da citação acima, é possível concordar que o livro didático, ao cumprir a sua função educativa de informar e formar gerações, contribui também para difundir e perpetuar determinadas ideias, valores, preconceitos e estereótipos. Sem perder de vista as questões trazidas por essa abordagem, Bittencourt (2004) informa que os livros didáticos operacionalizam o uso de imagens e é importante que o professor faça os alunos refletirem sobre as imagens que lhes são postas diante dos olhos, criando-lhes oportunidades, em todas as circunstâncias, tornando o conhecimento histórico fundamental e não apenas algo arbitrário.

Por isso, a construção do currículo e a escolha do material didático tornam-se então questões importantes, não devendo estar focados apenas naquilo que os alunos precisam aprender, mas também considerar a realidade que o aluno vivencia. No sentido de elucidar o currículo como elemento de transmissão de conhecimento e visões sociais particulares, Moreira e Silva (2002, p. 8) incutem que o currículo não é um elemento transcendente e atemporal – ele tem uma história, vinculada a formas específicas e contingentes de organização da sociedade e da educação.

O direito ao acesso ao livro didático é garantido no país através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu artigo 4º que garante, entre outros, “atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e



assistência à saúde” (BRASIL, 1996). Esta garantia é regulada pelo Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), destinado a:

[...] avaliar e disponibilizar obras didáticas, pedagógicas e literárias, entre outros materiais de apoio à prática educativa, de forma sistemática, regular e gratuita, às escolas públicas de educação básica das redes federal, estaduais, municipais e distrital e também às instituições de educação infantil comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e conveniadas com o Poder Público. (MEC).

Compete aos professores e equipe pedagógica das escolas analisarem as resenhas contidas no Guia do Programa Nacional do Livro Didático para escolherem os livros a serem utilizados no triênio escolar que melhor se adequam ao Projeto Político Pedagógico (PPP) da escola e o currículo desta.

Em 9 de janeiro de 2003 foi sancionada a Lei Nº 10.639, que torna obrigatório o ensino nas escolas sobre História e Cultura Afro-Brasileira:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. (BRASIL, 2003).

Após a promulgação foi observado muitas produções de livros e materiais, didáticos e paradidáticos, que contribuísse com a valorização de textos e imagens dos negros para poder tornar possível o cumprimento da lei. Em 2008 o FNDE disponibilizou uma série de livros sobre a temática racial para distribuição em escolas da rede pública de ensino, tanto nas redes municipais e estaduais.

Em 10 de março de 2008 é sancionada a Lei Nº 11.645 que modifica a Lei Nº 10.639 para tornar obrigatório o estudo da história e cultura indígena além da história e cultura afro-brasileira:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras. (BRASIL, 2008).

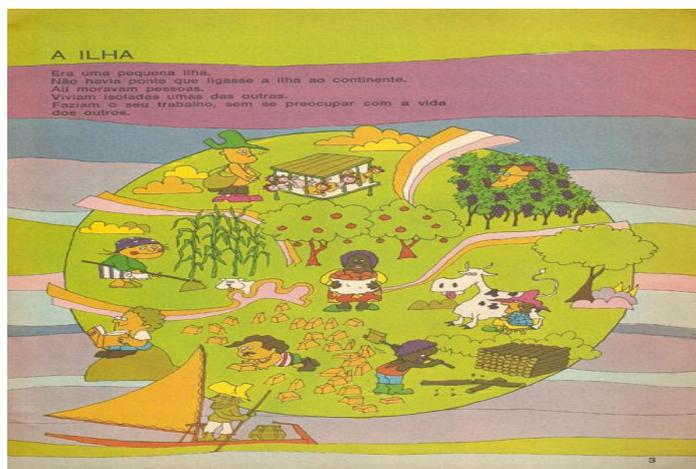


Novamente ocorre uma nova leva de produção de livros e materiais, didáticos e paradidáticos para o cumprimento da nova lei.

Análise das representações de negros e índios nos livros didáticos

As figuras abaixo ilustram a representação do negro e do índio em livros didáticos durante as décadas:

Figura 1 – Cartilha Nossa Ilha de 1977



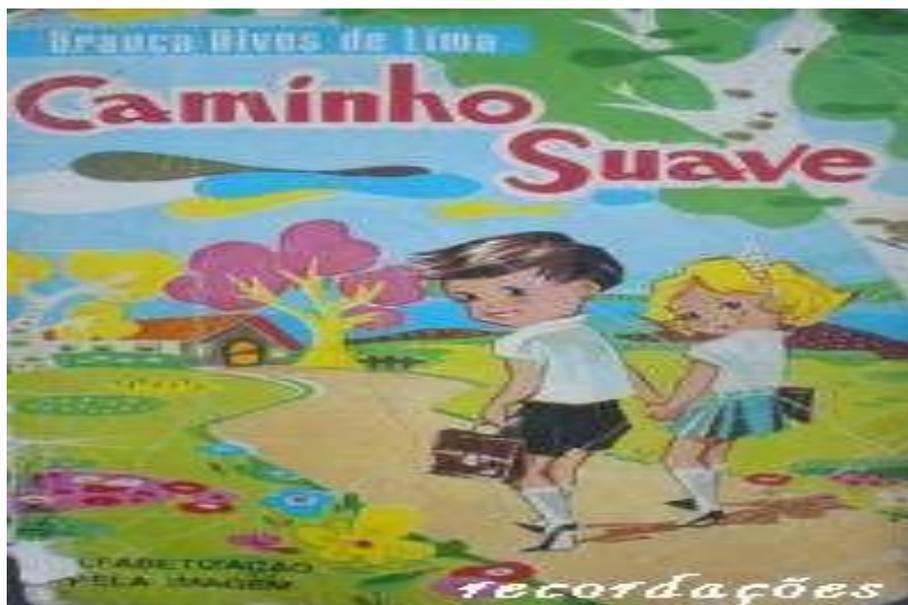
Na figura 01 a pessoa branca é representada como a intelectual, a quem é destinado o trabalho de “Pensar pela nação”, ditar seus rumos, enquanto resta aos negros e índios o trabalho braçal.

Com o auxílio de Negrão (1988), as ideias de inferioridade física e psicológica dos negros foram gradativamente incorporadas à escrita literária brasileira, contribuindo para estereótipos e estigmas negativos. Em contribuição, Holanda (1957) destaca o racismo e o preconceito expressos em proposições, como a figura 1, que mostra inferioridade “natural” dos negros e índios por questões sociais, paralelamente à ideia de superioridade dos brancos quanto à beleza e inteligência.

Para concluir, Filho (2005) destaca que apesar dos avanços, os livros didáticos ainda privilegiam, em especial no período colonial e imperial o escravismo, o tráfico negreiro e a resistência dos negros à escravidão, negligenciando o cotidiano dessa população e suas múltiplas vivências socioculturais. Sendo assim, apesar de alguns avanços continuam contribuindo para a permanência de estereótipos no que se refere ao papel da população negra na sociedade brasileira.

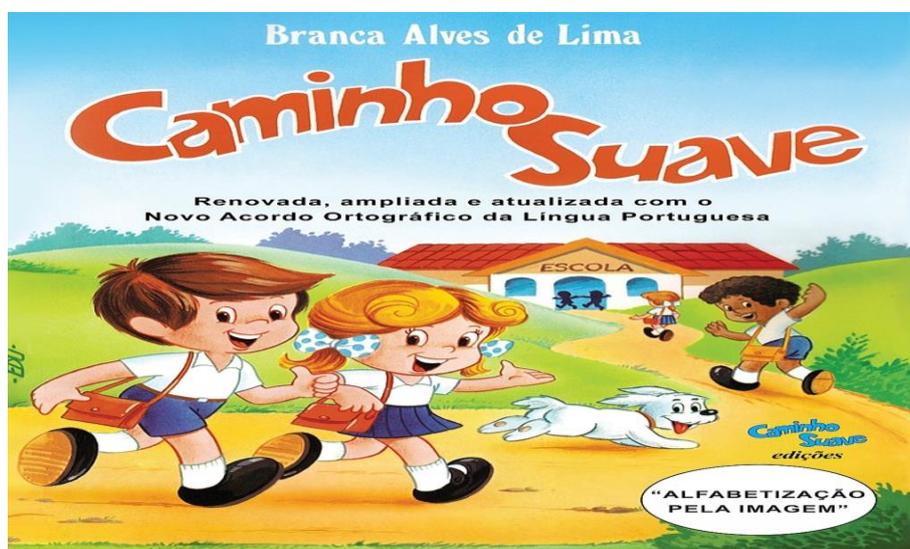


Figura 2 – Cartilha da década de 1980



A capa da figura 02 mostra alunos brancos, sem a presença de negros ou índios na escola. Na visão de Negrão (1988) é notória a discriminação etno-racial em livros didáticos brasileiros, posto que a não representação do negro encontra-se em situação social inferior à do branco. O enfoque da raça branca como mencionado pelo autor, é vista como sendo a mais bela e a de mais poderosa inteligência.

Figura 3 – Cartilha da segunda década de 2000, após o novo acordo ortográfico.



A figura acima mostra um aluno negro junto com alunos brancos, um aluno homem e sem a presença de indígenas.



Ao surgirem movimentos sociais favoráveis aos negros e índios a partir de denúncias e reivindicações pelo tratamento diferenciado aos negros, a temática passou a ganhar mais adeptos e então o PNLD proibiu a circulação de livros didáticos que expressassem preconceitos de origem, cor e gênero.

As representações do negro e do índio nos livros didáticos entre 1970 e 1980

Na década de 70 do século 20 a presença do branco nas ilustrações era visível. Os coletivos e multidões eram personagens brancos e eles também ocupavam posições de proeminência; eles eram diversificados e mostravam maior gama de atividades ocupacionais, denotando posições de prestígio e poder. As ilustrações do negro e do índio serviam para reforçar estereótipos como físico avantajado e eram mostrados em funções humildes, estando ausentes em ilustrações de multidões (PINTO, 1987).

Nos textos, havia uma maior proporção de personagens históricos e famosos entre os brancos do que negros e índios e o negro era mostrado mais do que o índio e apresentava maior percentual de personagens negativos. Em textos fictícios personagens brancos eram apresentados com nome próprio e dados maior importância, estando vivos em sua maior parte. Os brancos são mostrados como praticantes de diversas religiões e exercendo atividades profissionais variadas enquanto o negro e o índio têm que ser especificados no texto pela sua cor e raramente vivendo em contexto familiar em histórias (PINTO, 1987).

As representações do negro e do índio nos livros didáticos entre 1980 e 1990

Na década de 1980 começa-se a atentar para a visibilidade do negro e do índio e sua apresentação no ambiente escolar e acadêmico. Tassimari *et al* (2002) colocam que:

[...] pesquisadores sobre populações indígenas (antropólogos, linguistas, educadores) atentaram para o hiato existente entre os estudos acadêmicos, suas contribuições, conclusões e recomendações e, de outro lado, as imagens e informações divulgadas sobre as populações nos meios de comunicação, nas salas de aula, nos livros didáticos.

Negrão coloca que o tratamento da personagem negra nos livros é tratado com postura de desprezo e mostra “a visão do negro como alguém digno de piedade; o enfoque da raça branca como sendo a mais bela e a de mais poderosa inteligência; o combate ao preconceito através da História do Brasil” (NEGRÃO, 1988, p. 53).



As representações do negro e do índio nos livros didáticos entre 1990 e 2000

A partir de 1990 o movimento Negro ganha mais força e escritores e ilustradores tentam apresentar no papel as “transformações da representação social do negro tanto nos seus textos quanto em suas ilustrações” (SILVA, [s.d], p.4). A temática indígena ainda não tem força em seus Movimentos para garantir uma mudança mais real. O índio é mostrado como o escravo e não há atividades ligadas ao entendimento da cultura indígena, como coloca Ribeiro (1995, p.202):

Os indígenas já viviam nas terras onde hoje é o Brasil milhares de anos antes da chegada dos portugueses. Apesar disso, com poucas exceções, aparecem nos livros escolares. E, muitas vezes, são mostrados apenas como vítimas, e não como sujeitos da História.

Além disso, diferentes povos indígenas são muitas vezes chamados pelo nome de índio, como se fossem todos iguais.

A representação do negro e do índio nos livros didáticos começaram a mudar por força de lei a partir da década de 2000, mas como vimos no desenvolver da investigação desta mudança foi precedida nas décadas anteriores por uma militância ativa que não aceitava os rígidos padrões eurocêntricos. O Brasil é um país misto e os descendentes das três raças que povoaram o Brasil tem direito de estarem representados da mesma maneira e serem valorizados da mesma forma. Um direito que por muitos séculos foi silenciado como vimos nesta investigação.

Considerações finais

A discussão sobre o racismo num país como o Brasil que convive há séculos com o mito da democracia racial nos traz nuances delicadas e requer uma análise criteriosa do preconceito subentendido. Analisar a representação do índio e do negro nas décadas 70, 80 e 90 do século XX nos faz entender os movimentos forte que surgiram a partir dos anos e que pregavam mudanças pela lei para inserir o negro e o índio em vários espaços onde ele não estava ou tinha uma representação equivocada.

Ao analisarmos a representação dos livros didáticos das décadas de 70, 80 e 90 do século XX visualizamos um processo de resistência em marcha para a correção desta falta de representação ou da representação equivocada destas duas etnias, através dos movimentos criados pela própria etnografia para que sua realidade fosse representada adequadamente nos materiais didáticos de história cultura. Esta resistência procurou modificar a ausência de representação e combater os estereótipos e preconceitos comuns nos livros didáticos em relação ao negro e ao índio.

O avanço dos direitos de escolarização e a luta pela inclusão dos povos afrodescendentes e das populações indígenas levaram os educadores e os ativistas da área a uma reflexão mais cuidadosa em relação aos livros didáticos que serão referenciais da nova geração. A representação equilibrada das três etnias que povoam o Brasil tem um sentido importante para que todos se sintam representados e os livros didáticos sejam feitos com conteúdo significativos para todos e também que todas as etnias possam perceber o peso de uma sociedade injusta feita da invisibilidade de muitos.

Data de Submissão: 05/05/2020

Data de Aceite: 11/08/2020



Referências bibliográficas

BRASIL. Lei Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm

BRASIL. Lei Nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm

BRASIL. Lei Nº 11.645 de 10 de março de 2008. **Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11645.htm

CHICO Santa Rita. Nossa Ilha. Disponível em: <http://chicosantarita.com.br/jornais-revistas-tv/>

FUNDO Nacional de Desenvolvimento da Educação (Fundeb). Dados estatísticos. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/programas/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>

HERNÁNDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação: Os projetos de trabalho.** Porto Alegre – RS: Ed. ArtMed, 1998.

MINISTÉRIO da Educação (MEC). PNLD. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12391:pnld>

MOREIRA, Antonio F. B.; SILVA, Tomaz Tadeu da. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In: MOREIRA, Antonio F. B.; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, cultura e sociedade.** – 11. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

NEGRÃO, E. V. Preconceitos e discriminações raciais em livros didáticos. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 65, p. 52-65, maio 1988

OLIVEIRA, Marta Regina Furlan; SANTOS, Adriana Regina de Jesus. Formação e atuação do professor na sociedade contemporânea: Implicações e Possibilidade. **Campinas**, n.44, p. 47-56, dez 2011

ORIÁ, Ricardo. O negro na historiografia didática: imagens, identidades e representações. Texto apresentado como comunicação no XVIII Simpósio Nacional de

História, realizado em Recife-PE, em julho de 1995, como parte integrante do módulo de atividades intitulado "Zumbi: Memória, História e Identidades". P. 154-165. Disponível em:

<http://www.innovatio.org.br/download/cursos/historia%20da%20africa/Leitura%205.pdf>

PINTO, Regina Pahin. A representação do negro em livros didáticos de leitura. **Cad. Pesquisa** (63), Nov, 1987. P. 88-92

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

TASSINARI, Antonella M. Imperatriz; OLIVEIRA, Melissa Santana de; GOBBI, Izabel. Aprendendo com a diversidade cultural: uma experiência de intercâmbio. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). **Desigualdade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. São Paulo: Cortez, 2006.

